

# Revista *Petrus*

Edição 56 - Junho 2023

# POLÍTICA DE PREÇOS

O QUE AINDA FALTA ENTENDER?





# SISTEMA COMPLETO PARA ARLA 32



**TANQUE ECOLÓGICO  
DUPLA PAREDE**

Primeira contenção em polietileno de alta densidade de 6,0mm de espessura. Segunda contenção de segurança em aço carbono ASTM A 36 jateado e com pintura em PU.

- Capacidade de 3.000 ou 5.000 litros;
- Sistema de monitoramento contínuo;
- Tubo de sucção de 1" com válvula;
- Dispositivo de descarga selada de 2" em inox;
- Terminal de respiro 2";
- Boca de Visita 20";
- Suporte e régua de medição de 2,50 metros;
- Flange de 6" para bomba submersa;
- Base para motobomba de ARLA 32;
- Cores branco ou cinza.



**Dispositivo de  
Descarga Selada  
em Inox**

**Boca de Visita**

**Terminal de respiro**

**Tanque em PEAD. Resistente a sol e chuva.**

**Suporte para régua de  
medição**

**Tubulação de saída**

**Sistema de Monitoramento Contínuo**

**Contenção Metálica**

## MEDIDAS

- **3.000 litros**  
c2400xh2150xL900mm
- **5.000 litros**  
c2600xh2500xL900mm

## OPCIONAIS

- Medidor de volume do tanque digital NKL;
- Bomba submersa para bombeamento do ARLA 32;
- Motobomba para sucção de ARLA 32;
- Bomba ou dispenser comercial para ARLA 32 de 1 ou 2 bicos;
- Estação de abastecimento com medidor digital.
- Filtro para Absorção de partículas e Arla 32 cristalizada.



# Revista Petrus

Publicação bimestral dirigida aos segmentos de postos revendedores, mercado de lubrificantes, distribuidoras de combustíveis, empresas de transporte, usinas e demais empresas que consomem combustíveis e seus correlatos.

As opiniões dos artigos assinados e dos entrevistados não refletem a opinião da Revista Petrus.

**Jornalista Responsável**  
Ana Azevedo Mtb 22.242

## Redação

Stefanie Crivelari (Jornalista)

- NrP: 0090887/SP

Ariane Azevedo (Redes Sociais)

Wagner Maciel (Jornalista)

## Departamento Comercial

Mauro Mello

## Diagramação

Claudete Azevedo

Jotac.com.br

Redação, Administração e Circulação



Rua Raul Pompeia, 433 cj 12  
Vila Pompéia – São Paulo – SP  
Cep: 05025-010

## e-mail:

azm@azmcom.com.br

azmcom@terra.com.br

site: [www.revistapetrus.com.br](http://www.revistapetrus.com.br)

## Redes Sociais



# EDITORIAL

Passado um mês da implantação da nova política de preços da Petrobras, ainda não é possível compreender plenamente como a conta está sendo feita. Por um lado o governo tenta reduzir os preços, por outro as refinarias privatizadas dizem que vão continuar adotando a paridade internacional.

No meio de tudo isso ficam os postos, que como sempre, são considerados culpados pela redução dos preços não ter sido tão significativa quanto o esperado. No entanto, afirma a AbriLivre, as ações dos Procons deveria acontecer junto às distribuidoras, pois elas recebem a redução e não repassam integralmente para os postos revendedores.

Boa Leitura!

\_\_\_\_\_  
Ana Azevedo

## ÍNDICE



**CAPA** MERCADO tenta entender política de preços da Petrobras

**04** **Expostos 2024** terá área ampliada

**10** STF consolida demissão sem justa causa

**06** **Artigo** – Evolução do Renovabio

**18** **Monofasia** entra em vigor

**08** **Exploração** petróleo na margem Equatorial

**20** **Revisão** das regras sobre Qualidade

# 16ª EXPOPOSTOS & CONVENIÊNCIA

TEM ESPAÇO AMPLIADO PARA **RECEBER VISITANTES** EM 2024



ABIEPS promoveu o lançamento para os associados

**A** 16ª ExpoPostos & Conveniência, maior evento de postos de serviços, equipamentos, lojas de conveniência e food service da América Latina, programada para 14 a 16 de agosto de 2024, no São Paulo Expo, já tem 70% da planta comercializada. O resultado alcançado é o melhor de todas as edições até agora e foi conquistado nos dias 28 e 29 de março, durante o lançamento do evento.

A feira se destaca por apresentar em poucos dias as últimas tendências e novidades do mercado, incluindo novos produtos, equipamentos, serviços e tecnologias voltadas

ao segmento. Em paralelo o evento recebe o Fórum Internacional de Postos de Serviços, Equipamentos, Lojas de Conveniência e Food Service, que aborda temas relevantes para a categoria, junto a especialistas nacionais e internacionais.

Tatiana Zaccaro, diretora de unidade da GL Events, organizadora da feira, diz que os números na comercialização dos stands mostram a relevância da 16ª ExpoPostos & Conveniência para o setor. "Com mais de 20 anos de trajetória, o evento concentra os maiores players do mercado e está consolidado como a maior feira do setor na América Latina.", destaca.

## NOVIDADES PARA 2024

Entre as novidades preparadas para a ExpoPostos & Conveniência 2024, o espaço físico da feira será mais amplo e passará a ocupar três pavilhões do São Paulo Expo, com uma área 20% maior em relação à edição de 2022, que reuniu mais de 200 marcas expositoras e um público qualificado de mais de 23 mil visitantes.

A expansão do espaço físico também engloba o Fórum Internacional, que ocorre simultâneo à feira. Na última edição, todas as 1.000 entradas se esgotaram e, por isso, ele passará a receber 1.500 pessoas em 2024.

Além disso, durante a feira haverá duas Arenas do Conhecimento, que são espaços de destaque para os expositores exibirem os lançamentos de produtos, novas tecnologias e soluções, inovações, cases de sucesso de forma gratuita aos visitantes.

“A **nova identidade visual da ExpoPostos & Conveniência** também é prova desse esforço constante de nossa equipe em oferecer aos visitantes e expositores o que há de mais inovador em produtos e serviços e as discussões mais relevantes do mercado nacional e internacional”, complementa Renata Sahd, gerente da ExpoPostos.

Para informações sobre como se tornar um expositor, basta acessar

- ▶ <https://expopostos.com.br/> e
- ▶ <https://expopostos.com.br/seja-expositor/>



Associados ABIEPS tiveram prioridade na escolha dos espaços

James Thorp Neto, presidente da Fecomcombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes), também vê o lançamento como um sucesso. “Estamos muito satisfeitos! Toda essa movimentação demonstra como será a ExpoPostos & Conveniência 2024. É o evento mais importante da revenda e faremos o nosso melhor para levar informação, promover o networking e mostrar as tendências do setor.”

O presidente da Abieps (Associação Brasileira das Empresas de Equipamentos e de Serviços para o Mercado de Combustíveis e de Conveniência), Bruno Rosas, argumenta que o mercado passou por uma evolução nos últimos 20 anos. “Se olharmos para 20 anos atrás, os postos eram muito focados na venda de combustíveis, assim como são hoje. Mas, houve uma evolução para outros serviços como lavagem, troca de óleo, loja de conveniência, mercado de eletrificação dos automóveis, que está entrando no país, e meios de pagamento.”



Escolha aconteceu em sala no São Paulo Expo

# EVOLUÇÃO DO RENOVABIO

## E A CONSTRUÇÃO DE UMA **ECONOMIA VERDE**



O Brasil é reconhecido pelo seu potencial para o avanço de uma economia verde, principalmente pela sustentabilidade de seus processos industriais. Nesse contexto, destaca-se a indústria de biocombustíveis que, além de sua pequena pegada de carbono, também contribui para o desenvolvimento de técnicas de captura de carbono. Observando esta realidade, o mercado de carbono surge como um estratégico impulsionador para o crescimento deste setor, tendo em vista seu importante papel na diminuição das emissões de gases do efeito estufa (GEE).

O Renovabio, por meio de sua estratégia de implementação de créditos de descarbonização (CBIO), obrigatoriedade de metas e par-

ticipação compulsória neste mercado, tem contribuído significativamente para o cumprimento dos compromissos do Brasil no Acordo de Paris, além de incentivar a expansão dos biocombustíveis na matriz energética do país. Entretanto, torna-se imprescindível buscar melhorias e estabelecer novas metodologias para o progresso dessa política pública, como a proposta do Crédito de Descarbonização Pro (CBIO\_P).

Em uma recente auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as principais políticas públicas federais voltadas ao setor de biocombustíveis, constatou-se que, apesar do grande potencial do Renovabio para incentivar a produção e consumo de biocombustíveis no país, ainda existem desafios a serem superados, sendo o principal a possível falta de CBIOS já em 2024.

A escassez de CBIOS poderá impactar a eficácia do programa RenovaBio e dificultar o alcance das metas estipuladas, uma vez que a demanda por esses créditos de descarbonização tende a crescer a cada ano. A falta desses créditos poderá afetar a competitividade dos biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis, comprometendo investimentos em tecnologias mais limpas e sustentáveis.

Para solucionar este problema, a criação do Crédito de Descarbonização Plus (CBIO\_P) é uma alternativa interessante. Este crédito seria um incentivo extra aos produtores de biocombustíveis que adotam práticas de manejo florestal sustentável, incentivam o aproveitamento do biogás e desenvolvem técnicas de captura de carbono. Fiscalizado e monitorado pela ANP, o CBIO\_Pro seria oferecido juntamente com o CBIO para cumprimento das metas obrigatórias.

Ademais, existem alternativas tecnológicas capazes de gerar créditos de carbono juntamente com a produção de biocombustíveis, como a produção de biometano a partir do biogás, o aproveitamento do resíduo da digestão anaeróbia do biogás, e a produção de biocombustíveis avançados.

Com a criação do CBIO\_Pro, não apenas se valorizam os atributos adicionais da produção de biocombustíveis, mas também se estimula a adoção de tecnologias mais sustentáveis e avançadas, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e para o cumprimento das metas de descarbonização estabelecidas pelo Renovabio e pelo Brasil internacionalmente.

A proposta do CBIO\_Pro (CBIO\_P) visa ampliar a fungibilidade do CBIO, tornando-o elegível a outros mercados de créditos de carbono. Para isso, é necessário compatibilizar a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) do RenovaBio com as metodologias de certificação de carbono do Acordo de Paris, possibilitando sua comercialização como crédito offset.

Em termos regulatórios, o CBIO\_Pro seria inserido no processo de Certificação de Biocombustíveis, e a avaliação do ciclo de vida

dos biocombustíveis seria feita com base em critérios como a eficiência energética e as emissões de GEE.

Por fim, o Brasil possui um relevante potencial para, progressivamente, exportar créditos de carbono relacionados ao setor de biocombustíveis, sendo a precificação do carbono um caminho inevitável. O desafio é assegurar a confiabilidade e a segurança regulatória desses créditos, em conformidade com parâmetros internacionais e diretrizes da Autoridade Nacional Designada pelo Acordo de Paris, a fim de incentivar ainda mais a sustentabilidade da economia do país.



### **AURÉLIO AMARAL**

é sócio no Shmidt Valois Advogados e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).



# MME E IBP

## DEFENDEM EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA NA MARGEM EQUATORIAL

O Ministério de Minas e Energia alertou que a exploração petrolífera na Margem Equatorial, área que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte, é essencial para manter a produção brasileira, que tem tendência de queda a partir de 2029. Em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara no último dia 31 de maio, representante do governo defendeu a permissão para as pesquisas na área da Foz do Rio Amazonas para a produção de petróleo e gás.

No entanto, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), é preciso trabalhar no pior cenário possível, prevendo a possibilidade de acidentes e, por isso, é preciso que a viabilidade ambiental do empreendimento seja comprovada.

O presidente do Ibama, **RODRIGO AGOSTINHO**, afirmou na audiência pública que a Petrobras é o empreendedor brasileiro com maior número de licenças ambientais e que já foi autorizada a exploração de petróleo em outras áreas da Margem Equatorial.

A Petrobras pediu autorização ao Ibama para fazer testes de exploração de petróleo e gás em uma área a 500 km da foz do Rio Amazonas, próxima ao Amapá e ao Pará. O Ibama negou o pedido, alegando que os documentos apresentados não asseguram a proteção da diversidade biológica da região e a segurança de comunidades indígenas, entre outros itens. Em 25 de maio, a Petrobras reapresentou o pedido ao órgão ambiental do governo e o Ibama anunciou que vai analisar a demanda.



## POSICIONAMENTO IBP

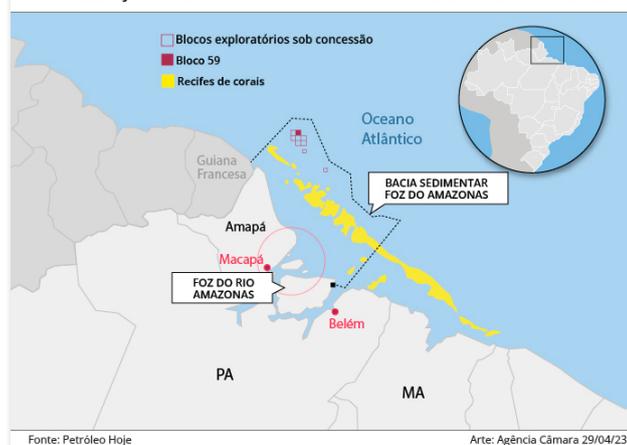
O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) divulgou seu posicionamento reforçando a necessidade de desenvolver atividades de exploração em áreas ainda não mapeadas, como a Margem Equatorial brasileira, diante do enorme potencial para aumentar as reservas nacionais e gerar mais desenvolvimento socioeconômico.

“O IBP reitera seu apoio às recentes declarações do Ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, na direção de buscar o desenvolvimento das atividades exploratórias para se comprovar existência de petróleo e gás natural e sua viabilidade econômica, sempre com total segurança e respeito ao meio ambiente. Também apoia as ações da empresa operadora Petrobras na reapresentação do pedido de retomada do processo de licenciamento do poço pioneiro na bacia sedimentar marítima Foz do Amazonas”.

O Instituto ressalta que somente na área da Foz do Amazonas já foram perfurados 85 poços desde os anos 1970, sem o registro de acidentes significativos. Além disso, a exigência de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para toda a Margem Equatorial causa impacto significativo do processo de desenvolvimento de projetos de diversas empresas, não apenas na Foz do Amazonas, mas também nas bacias de Barreirinhas, Pará-Maranhão e Potiguar.

No comunicado o IBP “reafirma o comprometimento de todas as empresas de óleo e gás que operam no Brasil em desenvolver suas atividades exploratórias com o mais alto rigor de segurança e respeito ao meio ambiente. O Brasil possui liderança mundial em exploração e produção em águas ultra profundas. Graças à tecnologia desenvolvida no país, o setor de petróleo brasileiro é capaz de realizar atividades de perfuração, exploração e produção com segurança e responsabilidade ambiental.”

### EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA BACIA DA FOZ DO AMAZONAS



## MME

Para Carlos Agenor Cabral, do Ministério de Minas e Energia, uma preocupação é distribuir melhor a produção de petróleo no país: atualmente, enquanto o Rio de Janeiro é responsável por 84% do total, o Amazonas contribui com 2,5%. Ele ressalta a necessidade de abrir novas fronteiras, fala da prospecção que está sendo feita em países vizinhos e salienta que o arcabouço de segurança operacional para a produção é tão rígido quanto o licenciamento ambiental.

“Se a gente pegar aquele horizonte de 13 bilhões de barris esperados aí pra Guiana e Suriname, o que significa isso para o Brasil? Investimentos na ordem de R\$ 56 bilhões, arrecadação estatal na ordem de US\$ 200 bilhões, ou seja, R\$ 1 trilhão, com geração de centenas de milhares de empregos. Hoje em dia, calhou que nós precisamos, pra segurança energética, desse petróleo da Margem Equatorial, do contrário o país corre o risco de voltar a ser importador de petróleo”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias e IBP

# DECISÃO DO STF

## CONSOLIDA LEGALIDADE DA DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA



*Suprema corte libera definitivamente as empresas brasileiras de cumprirem a convenção da OIT que estabelece a obrigatoriedade da justificação*

**A**o julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1625, o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou oficial a possibilidade de as empresas brasileiras dispensarem seus empregados sem a necessidade de apresentar justificação. Apesar de ocorrer com frequência, esta atitude dos empregadores sempre correu o risco de ser questionada com base na Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado pelo Brasil, que garantia aos empregados o direito de só poderem ser dispensados com justificação.

A ADI 1.625 questionava um decreto de 1996, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que revogou unilateralmente a Convenção 158 da OIT. O advogado Gabriel Henrique Santoro, do escritório Juveniz Jr Rolim e Ferraz Advogados, explica que o STF consolidou o entendimento de que as denúncias de tratados internacionais precisam ser chanceladas pelo Legislativo. “A partir da decisão do Supremo, o presidente da República só poderá cancelar os efeitos de um tratado internacional se o Con-

gresso Nacional ratificar a denúncia, o que não aconteceu com a Convenção 158”, diz. A votação terminou em 6 votos a 5 a favor desta tese.

Santoro comenta, no entanto, que, ao tomar a decisão, o Supremo amenizou seus efeitos definindo que ela só passará a valer a partir da publicação do julgamento, ou seja, tudo o que foi realizado no passado fica preservado.

“Resumindo, o fato é que a convenção 158 da OIT, que é aquela que exigia motivação para a dispensa do empregado, foi denunciada pelo Fernando Henrique Cardoso sem a chancela do Congresso Nacional. Mas, como a decisão do Supremo vale daqui para diante, essa denúncia que o presidente fez no passado acabou ficando preservada”, esclarece Santoro.

O advogado explica que havia duas soluções possíveis para esse caso: ou a Suprema Corte modularia os efeitos da decisão, preservando os atos que foram praticados no passado, que foi o que aconteceu, ou o Congresso Nacional teria que correr para chancelar a denúncia feita pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

# COMO SE COMUNICAR NOS DIAS DE HOJE?

A **AZM Comunicações e Eventos** trabalha com várias ferramentas para manter seus clientes em contato com seus públicos de interesse.

Se você precisa de soluções em comunicação, entre em contato conosco.

**(11) 9.9171-5090**

**azm@azmcom.com.br**





# MERCADO TENTA ENTENDER POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS

## Postos voltam a receber título de vilões

PETROBRAS

N

o último dia 15 de maio a Petrobras anunciou a mudança na política de preços. Na prática houve uma redução por litro nas refinarias de R\$ 0,40 na gasolina e R\$ 0,44 no diesel. O gás ficou abaixo de R\$ 100 pela primeira vez desde 2021.

A notícia, muito aguardada pelos consumidores, traz novamente a discussão sobre o motivo pelo qual os preços não caem na mesma proporção nas bombas dos postos de combustíveis. Como sempre ocorre nestas situações, o dono do posto acaba se tornando o vilão da relação.

No dia 22 de maio, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, lançou um canal de denúncias específico para casos de preços abusivos nos postos de combustíveis. Segundo a Secretaria o objetivo é garantir a transparência e assegurar os direitos dos consumidores.

O secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, destacou a importância do canal de denúncias como uma ferramenta para reprimir abusos no mercado de combustíveis. "Estamos empenhados em proteger os direitos dos consumidores e combater práticas que prejudicam o equilíbrio e a livre concorrência. O novo canal permitirá que os consumidores denunciem preços abusivos de maneira rápida e eficaz, auxiliando a Senacon a identificar e aplicar eventuais medidas corretivas", afirmou.

O primeiro balanço divulgado pelo governo apontou o registro de 1.059 relatos no país. Minas Gerais aparece com 149 denúncias, na liderança das reclamações, seguido pelo Ceará (82), São Paulo (79), Bahia (74) e Alagoas (72). A iniciativa foi chamada de "Mutirão do Preço Justo".



## A NOVA POLÍTICA DE PREÇO

De acordo com a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, “o novo modelo maximiza vantagens que a Petrobras tem a nosso favor, sem se afastar da referência internacional de preços. Abrasileirar significa levar nossas vantagens em conta sem tirar o Brasil do contexto internacional. Preservar o resultado econômico alto e não descer a rentabilidade. Faremos o melhor preço dentro de nossas possibilidades, usando para esse efeito a autossuficiência conquistada em anos e anos. (Jean Paul Prates, presidente da Petrobras).”

Para a Associação Brasileira de Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres (AbriLivre), a medida é positiva, no entanto algumas premissas apresentadas não estão claras. “Verificamos certas obscuridades sobre como a empresa pretende implementar essa mudança e qual será o real e efetivo impacto nos preços domésticos. A transparência é fundamental para que todo o mercado (investidores, concorrentes internos, importadores, distribuidoras, postos revendedores e consumidores) compreenda o que passará a ser feito para atingir os objetivos ali apresentados e passem a rever suas estratégias de concorrência, investimentos e compra”, diz o Comunicado.

Para o diretor Executivo da AbriLivre, Rodrigo Zingales, a obscuridade está na falta de informações sobre como será feita a precificação e quais serão as variáveis e premissas para tanto.

“Quando falamos em obscuridade é porque não consegui extrair, ao ler o Comunicado, o que é considerado “custo marginal”, ao que ele está associado: à compra do petróleo, ou a eficiência na produção da gasolina?”

Ele lembra que cada Refinaria tem suas características produtivas e cada uma delas têm uma tabela própria, o que torna importante entender como vai se dar este “custo marginal”, os preços domésticos e os internacionais, o que isso significa na prática.

O Comunicado também faz um alerta. “Atualmente, é vedado aos postos de combustíveis a compra direta de gasolina e diesel junto a Petrobras e outras refinarias. Isso significa que, na prática, os beneficiários diretos dessa redução de preços da Petrobras são única e exclusivamente as distribuidoras de combustíveis. Isso significa que na prática, não há garantias de que as reduções de preços da Petrobras serão repassadas integralmente aos postos revendedores e, por conseguinte, aos consumidores.”



**RODRIGO ZINGALES**  
Diretor Executivo da AbriLivre.



## MUTIRÃO DO PREÇO JUSTO

Denuncie cobranças  
irregulares no preço  
de combustíveis

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ele levanta a questão das Refinarias da Bahia e Amazonas, que tem capacidade para abastecer de 10% a 12% do mercado nacional e que foram privatizadas. A Refinaria da Bahia já disse que não vai seguir a política de preços da Petrobras, ou seja, vai continuar seguindo o prelo internacional. “As refinarias foram criadas para otimizar a logística da Petrobras e não para criar concorrência de uma para a outra. A Petrobras vai entrar no mercado da Bahia, do Norte, que ela acabou de sair? A grande questão é: se houver uma disputa de mercado, qual preço será praticado? O preço ficará acima do teto de 60 dólares?”

Para a AbriLivre falta concorrência no mercado de distribuição, pois apenas três empresas controlam quase 70% da oferta total de gasolina e diesel no país. A entidade questiona ainda a política de cotas de oferta de combustíveis, baseada nas compras médias pretéritas de cada distribuidora, que acaba “privilegiando e garantindo uma estabilidade do oligopólio existente e um desincentivo ao crescimento e expansão de pequenas e médias distribuidoras existentes em nosso país.”

Logo, defende que além da mudança na política de preços da Petrobras, a própria estatal precisaria rever sua política de cotas, incentivando e favorecendo a compra de gasolina e

diesel por parte de pequenas e médias distribuidoras, assim como o atual Governo precisaria rever as regras de abertura e compartilhamento de bases de distribuição, e, ainda, regulamentar os contratos de fornecimento de combustíveis celebrados entre as 3 principais distribuidoras bandeiradas do país e os postos revendedores, os quais além de trazerem cláusulas abusivas que permitem a discriminação de preços indiscriminada por parte das primeiras, ainda acabam sendo importante fator de fechamento de mercado e desincentivo à entrada de novas distribuidoras e ao crescimento daquelas já instaladas em cada mercado relevante, afirma a entidade.

Especificamente em relação aos preços, ele ressalta que é importante deixar claro que os postos recebem o desconto das distribuidoras, que nunca é igual ao praticado pela Petrobras. “Se vivemos em um mercado livre, o agente econômico tem liberdade de definir seus preços com base na concorrência e custos. No caso do posto, tem uma grande concorrência na maioria dos lugares. É o mercado que faz o preço, e não o posto. Na distribuição e na Petrobras, não. A Petrobras faz o preço do mercado, as 3 grandes fazem o preço do mercado, a regulação tinha que estar em cima deles, ações do Procon contra o posto só geram mais dúvida.”

# ANP FIRMA ACORDO

## DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PROCONS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARAÍBA



Acordos englobam atividades de fiscalização conjuntas ou isoladas e treinamentos fornecidos pela ANP

# A

ANP firmou novos acordos de cooperação técnica e operacional com a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon SP e com a Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado da Paraíba – Procon PB. O extrato do acordo com o Procon SP foi publicado em 29/5 no Diário Oficial da União e em 30/5 no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O do acordo com o Procon PB foi publicado em 30/5 no Diário Oficial da União e em 1/6 no Diário Oficial do Estado da Paraíba. A partir das datas de publicação nos diários oficiais estaduais, os acordos passaram a ter vigência pelo período de 60 meses.

Entre os objetos dos acordos, estão: atividades de fiscalização conjuntas ou isoladas pelos agentes do Procon-SP e do Procon-PB, em nome da ANP, no sentido da educação e orientação dos agentes do setor, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras da legislação; implantação de sistema de intercâmbio de informações para tornar mais eficientes e eficazes a regulação e fiscalização destas empresas; e atividades de georreferenciamento, para atualizar e contextualizar espacialmente o cadastro de agentes econômicos regulados.

Os acordos preveem ainda o fornecimento, pela ANP, de treinamento e informações para o desenvolvimento da atividade de fiscalização, bem como material para a coleta de amostras de combustíveis e modelo do documento de fiscalização a ser preenchido nas ações. Os processos administrativos serão julgados preservando a competência de cada órgão.

No combate às irregularidades no mercado de combustíveis, a ANP atua de forma individual ou em cooperação com outros órgãos do poder público, por meio de celebração de acordos de cooperação técnica e operacional, ações conjuntas e de forças-tarefa.

**A Agência mantém acordos com o Ipem-RJ, Procons, Secretarias de Fazenda e o Ministério Público em diversas unidades da federação. A relação de órgãos está disponível na página Convênios e acordos de cooperação técnica.**

**EQUIPAMENTOS PARA**  
**ABASTECIMENTO**  
E DERIVADOS DE PETRÓLEO

QUALIDADE GARANTIDA

EQUIPAMENTOS A PRONTA ENTREGA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

BICOS DE ABASTECIMENTO

FILTROS

MEDIDORES DE VAZÃO

MANGUEIRAS

BOMBAS DE ABASTECIMENTO 220V E 12V

TANQUES 220LTS

**FALE COM A FAUKO**  
(11) 4210-2755 / (11) 99990-5029

**FAUKO**  
IMPORT

[www.FAUKO.com.br](http://www.FAUKO.com.br)

**BICOS DE ABASTECIMENTO**  
MANUAIS E AUTOMÁTICOS

CÓD. 1233

CÓD. 634

CÓD. 1083

CÓD. 1321

**MANGUEIRA DE ABASTECIMENTO**  
3/4" E 1"

**MEDIDORES DE VAZÃO**

CÓD. 1205

CÓD. 688

CÓD. 1062

**KIT BOMBA DE ABASTECIMENTO**  
MONTADA 12V

CÓD. 149

# MONOFASIA DO ICMS

## ENTENDA COMO FUNCIONARÁ



**A**pós quase duas décadas, a implementação da cobrança monofásica do ICMS saiu do papel e começou a valer no dia primeiro de maio deste ano nas operações com gás liquefeito de petróleo (GLP), diesel e biodiesel, e a partir de junho para a gasolina e o etanol anidro. Para o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) esse novo sistema assegurará maior competitividade ao setor e neutralidade tributária. Mas você sabe o que a monofasia do ICMS fará na prática?

Anteriormente o ICMS sobre combustível incidia em toda a cadeia de comercialização, desde o produtor, chegando até o revendedor e era utilizado o sistema de arrecadação de substituição tributária (ST), que consistia em um contribuinte responsável pelo recolhimento de todo o imposto que é cobrado em todos os elos da cadeia. A tentativa era de facilitar a fiscalização. Contudo, o modelo utilizado se mostrou fraco já que cada estado apresentava uma carga tributária diferente.

A Lei Complementar 192/22 trouxe a incidência do ICMS uma única vez, no início da cadeia, ou seja, será cobrado do produtor ou do importador, com alíquotas fixas em reais por litro do produto e uniformes em todo o território nacional. Essa medida simplificará o modelo tributário atual, trazendo maior e eficaz fiscalização, reduzindo o mercado irregular que segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) é estimado em mais de R\$14 bilhões ao ano, além da estabilidade dos preços dos combustíveis, dando ao consumidor uma maior clareza do real valor de imposto cobrado por litro.

Para o advogado Antonio Carlos Morad, especialista em direito Tributário, na prática, a alíquota única do ICMS significa o equilíbrio entre as unidades federativas e, portanto, preços praticamente pare-

cidos. “Isso para o governo Federal e para o governo dos estados é bastante importante porque mantém uma regra fixa para todos e faz com que eles possam saber sobre seus orçamentos futuros.”

O tributarista considera a medida bastante positiva. “Não estamos dizendo que a alíquota está sendo calculada pelo valor mínimo, mas, sim, por um valor bastante justo. Portanto, ninguém vai tomar prejuízo por conta disso.” Ele argumenta que nem sempre o consumidor do combustível sentirá isso no preço do combustível, que não é tabelado.

Os estados que serão mais impactados são aqueles distantes das distribuidoras e das refinarias. “O transporte é um dos pontos preponderantes para que o combustível seja mais caro e isso é importante de se ressaltar.”

Segundo ele, a volta desses tributos para os governos estaduais será de grande valia, uma vez que a decisão do governo anterior gerou um buraco nos caixas dos Estados.



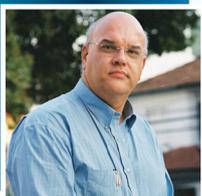
**ANTONIO CARLOS MORAD**

é Advogado especialista em Direito Tributário.

## TECPLAN | Engenharia & Consultoria

A Experiência a Serviço do Cliente

- ▲ Projetos para Instalações de Armazenamento de Combustíveis, Óleos Lubrificantes e Congêneres.
- ▲ Gerenciamento de Projetos de Empreendimentos / Obras
- ▲ Planos de Gestão Ambiental & Resíduos
- ▲ Coordenação de Projetos em Área Contaminadas
- ▲ Encaminhamento de Processos em Órgãos Públicos (ANP, Prefeituras, Bombeiros, Órgãos Ambientais, ...)
- ▲ Auditoria/ Planejamento de Conformidade Legal, Normativa e Ambiental
- ▲ Engenharia Remota – Tenha um escritório remoto de engenharia para apoiar todas as atividades operacionais. Entre em contato para conhecer este serviço.
- ▲ Representação Institucional à Conselhos de Administração de Empresas / Entidades, nos temas ambientais.
- ▲ Temos parcerias para consultorias / auditorias jurídicas e de conformidade legal para o exercício das atividades da sua empresa.



Eng. Maurício  
Prado Alves

Entre em contato conosco:

@ email: [mpradoal@tecplaneng.com](mailto:mpradoal@tecplaneng.com)

☎ 11 9 9137 0902

# ANP REVISARÁ

## REGRAS SOBRE CONTROLE DE QUALIDADE DE **COMBUSTÍVEIS IMPORTADOS**

# A

Diretoria da ANP aprovou no último dia 7 de junho, a realização de consulta (por 45 dias) e de audiência públicas para revisão da Resolução ANP nº 680, de 2017, que estabelece as obrigações para o controle da qualidade de combustíveis importados, a serem atendidas por importador e por empresa de inspeção da qualidade credenciada pela

Agência, em todo o território nacional. O objetivo macro das alterações é a adequação da resolução à nova realidade de mercado, sem prejuízo ao consumidor no que se refere à qualidade dos combustíveis importados.



## • Mais especificamente, a ação revisora da Resolução ANP nº 680, de 2017, visa à:

- **ampliação** dos produtos regulados pela norma de controle da qualidade na importação, com a inclusão dos asfaltos, que se somam ao escopo atual: biodiesel, etanol, GLP (gás de cozinha), gasolina automotiva, gasolina de aviação, óleo diesel, óleo combustível, querosene de aviação (QAV), querosene de aviação alternativo e diesel verde;
- **estabelecimento** das regras de controle de qualidade para produtos importados por via terrestre, haja vista a falta de infraestrutura laboratorial em fronteiras secas;
- **harmonização** de regras entre as Resoluções ANP nº 680, de 2017, e nº 859, de 2021, que dispõe sobre os requisitos para credenciamento das empresas de inspeção da qualidade, responsáveis pelo controle de produtos importados a que se refere a Resolução ANP nº 680, de 2017.

A importação de derivados de petróleo e de biocombustíveis é objeto de rígido controle, para que esses produtos entrem em território nacional atendendo às respectivas especificações estabelecidas

em resoluções da ANP, garantindo-se, assim, a proteção dos interesses do consumidor quanto à qualidade, em consonância com a Lei nº 9.478, de 1997, art. 8º, inciso I.



[WWW.MEIA92.COM.BR](http://WWW.MEIA92.COM.BR)

**SEU PORTAL!**

**CIDADE  
ECONOMIA  
ENTRETENIMENTO  
ESPORTES  
MUNDO  
NOTÍCIAS  
PET  
SAÚDE  
TECNOLOGIA**

## ICL LANÇA CONSELHO CONSULTIVO



O Instituto Combustível Legal (ICL), que representa empresas do setor de produção e distribuição de combustíveis e petroquímica, lança conselho consultivo com especialistas das áreas econômica, jurídica, política e de fiscalização, para garantir melhores práticas e assegurar contínuo aperfeiçoamento de processos e gestão no setor.

Farão parte do conselho o ex-advogado da União, Antenor Madruga; o mestre em Direito Tributário, Hamilton Dias de Souza; o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o economista e ex-secretário de Política Econômica do Governo, Márcio Holland; o ex-diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda; e o professor do Insper, Milton Seligman.

## VIBRA MUDA VICE-PRESIDÊNCIAS



A Vibra Energia anunciou mudanças estruturais em suas vice-presidências, definidas pelo Conselho de Administração da companhia, com o objetivo de se manter na liderança do processo de transição energética.

**A Vibra está criando uma nova área dedicada à Energia Renovável e ESG** que será comandada por Clarissa Sadock, ex-CEO da AES Brasil.

Outra mudança, que tem o objetivo de acelerar a transformação cultural na Vibra, foi a criação da vice-presidência de Gente e Tecnologia, que terá a lide-

rança de Aspen Andersen, que já estava na companhia como CTO. O conselho elegeu também Augusto Ribeiro, ex-CFO da PicPay, para o cargo de vice-presidente executivo de Finanças, Compras e RI. As atuais vice-presidência de Gente e Gestão e vice-presidência de TI e Digital serão extintas.

# SISTEMA DE MEDIÇÃO E MONITORAMENTO DE TANQUES

Gestão inteligente e integrada com o melhor sistema de medição de tanques e monitoramento ambiental do mercado.



**CLIQUE E CONHEÇA AS VANTAGENS**



**Módulo de abastecimento para diesel com bomba eletrônica e filtro de alta vazão.**

**ECOBRASIL@ECOBRASIL.IND.BR**

**☎ 11 2976-2976**

**☎ 11 97266-4238**



**Tampa com boca de visita galvanizada\***

**Tanque Jaquetado.**

**Os tanques jaquetados subterrâneos ecológicos ECOBRASIL são compostos por duas paredes. Entre elas há um espaço intersticial para a instalação do sensor eletrônico de monitoramento.**



**Tanque Ecológico Dupla Parede Para Arla 32.**

**Primeira contenção em polietileno de alta densidade de 6,0mm de espessura. Segunda contenção de segurança em aço carbono ASTM A 36 jateado e com pintura em PU.**

**ECOBRASIL®**

**tanques e reservatórios**